



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

531
W

4ª Câmara Cível.

Embargos de Declaração nº 0250479-4

Embargante: Bombardier Recreational Products do Brasil Ltda

Embargado: Emmanuelle Carvalho de Lucena

Des. Relator: Tenório dos Santos

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM FACE DE ACÓRDÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. CABIMENTO PARA SANAR O VÍCIO. REDISCUSSÃO. DESCABIMENTO. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver no acórdão obscuridade ou contradição, ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se, diante de sua relevância para o desfecho da lide, mas podem ser acolhidos para sanar erro material. Quando patente o intuito do embargante de rediscutir a lide, seja pela reavaliação de provas ou pela rediscussão de teses, os embargos não são cabíveis, devendo ser rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0250479-4, em que figura como Embargante **Bombardier Recreational Products do Brasil Ltda** e, como Embargado, **Emmanuelle Carvalho de Lucena**, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 4ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

132
8/

ED nº 0250479-4

de Justiça de Pernambuco, à **unanimidade de votos, dar provimento aos Embargos Declaratórios**, tudo em conformidade com o Relatório, Votos, Notas Taquigráficas, Ata de Julgamento e demais peças processuais que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 8 de 5 de 2014

Tenório dos Santos
Desembargador Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

533
H

4ª Câmara Cível.

Embargos de Declaração nº 0250479-4

Embargante: Bombardier Recreational Products do Brasil Ltda

Embargado: Emmanuelle Carvalho de Lucena

Des. Relator: Tenório dos Santos

RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos de Declaração manejados por **Bombardier Recreational Products do Brasil Ltda**, contra Acórdão (fls. 457/458-TJ) em embargos de declaração, da qual corrigiu o termo inicial dos juros moratórios, de acordo com a súmula 54 do STJ.

O embargante aponta erro material no Relatório no tocante a apresentação da contra-minuta e contradição no julgado.

É o breve relatório.

Recife, 8 de 5 de 14.


Tenório dos Santos

Desembargador Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

534
✓

4ª Câmara Cível.

Embargos de Declaração nº 0250479-4

Embargante: Bombardier Recreational Products do Brasil Ltda

Embargado: Emmanuelle Carvalho de Lucena

Des. Relator: Tenório dos Santos

VOTO

Conheço do presente recurso ante a presença dos pressupostos de admissibilidade.

É cediço que os embargos declaratórios, quando opostos em face de outros embargos de declaração, somente têm cabimento quando este último deixar de apreciar questão alegada no primeiro, ou seja, for omissa, ou, ainda, quando apresentar obscuridade ou contradição em sua fundamentação. Sequer para fins prequestionadores são admitidos.

No caso em tela, incontestemente a inexistência dos vícios enumerados no art. 535, do CPC.

A Jurisprudência é pacífica no sentido de que não havendo omissão, obscuridade ou contradição, não são admissíveis os embargos.

"Os embargos de declaração têm por finalidade a eliminação de obscuridade, omissão, dúvida ou contradição. Se o acórdão não está eivado de nenhum desses vícios, os embargos não podem ser recebidos, sob pena de ofender o art. 535, CPC. (RSTJ 59/170; embargos de declaração recebidos na instância inferior, para apreciar questão nova.) Nota: a dúvida já não é objeto de embargos de declaração (v. art. 535, na redação da



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

TSF
W

ED nº 0250479-4

Lei 8.950 de 13/12/94)" (Theotônio Negrão - 30ª edição - Nota 3a ao artigo 535).

"Não há obrigação processual de serem esmiuçados todos os pontos argüidos nos arrazoados das partes, por mais importantes pareçam ser aos interessados, bastando a explicitação dos motivos norteadores do convencimento, sobreconcentrando-se no núcleo da relação jurídico-litigiosa, com suficiência para o deslinde" **(REsp. 39.870-3-PE, Rel. Min. Luiz Pereira, "in" DJU 21.08.95, pág.23.352).**

"Os embargos de declaração não devem revestir-se de caráter infringente. A maior elasticidade que se lhes reconhece, excepcionalmente, em casos de erro material evidente ou de manifesta nulidade do acórdão (RTJ 89/548, 94/1.167, 103/1.210, 114/351) não justifica, sob pena de grave disfunção jurídico-processual dessa modalidade de recurso, a sua inadequada utilização com o propósito de questionar a correção do julgado e obter, em consequência, a desconstituição do ato decisório. **(RTJ 154/223, 155/964)". (Theotônio Negrão, 30ª edição - Nota 3 ao artigo 535).**

No entanto, verifico a existência de erro material na transcrição do Relatório de fls. 459-TJ, qual seja **"Não consta contrarrazões (fls. 444-TJ)".**



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

536
JL

ED nº 0250479-4

Aclarando o Relatório embargado, registro, na oportunidade, que o ponto atacado foi realmente um erro de digitação e que deve ser considerado como "**Contrarrazões em fls. 450/452-TJ**".

Quanto à tempestividade da contra-minuta ofertada pelo ora embargante, percebo que a mesma não foi incluída no relatório, no entanto foi devidamente analisada por esta Relatoria e levado em conta todos os argumentos expedidos antes da prolação do voto de fls. 460/462-TJ. Portanto, a contra-minuta de fls. fls. 450/452-TJ são tempestivas.

Disso decorre que os embargos de declaração, na espécie, poderiam ser interpostos apenas diante da efetiva existência de omissões, contradições ou obscuridade cujo esclarecimento fosse relevante para o próprio julgamento da apelação, ou, alternativamente, para fixar algum ponto que poderia, posteriormente, compor o objeto dos embargos infringentes.

Não foi o que ocorreu: os embargos apresentados objetivaram a mera revisão do julgado, notadamente quanto à correção monetária, a que não se presta por esta via.

Isto posto, **dou provimento aos presentes Embargos de Declaração**, apenas para corrigir erro material constante no Relatório guerreado, **SEM CONCESSÃO DOS EFEITOS MODIFICATIVOS**.

É como Voto.

Recife, 08 de 05 de 14.


Tenório dos Santos

Desembargador Relator